

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.514 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 10 DE JUNHO DE 2002



José Cruz

## Votação final da CPMF será na quarta-feira

Duas sessões extraordinárias já estão convocadas para garantir o cumprimento do cronograma estabelecido pelos líderes partidários

A proposta de emenda à Constituição que prorroga a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) deverá ser votada em segundo turno pelo Plenário na quarta-feira, cumprindo o cronograma estabelecido pelos líderes partidários. O presidente do Senado, Ramez Tebet,

convocou duas sessões extraordinárias para a manhã de quarta, a fim de possibilitar que a proposta seja votada à tarde. Na votação em primeiro turno, foi aprovada emenda excluindo do texto a exigência de prazo de 90 dias para o reinício da cobrança, que, assim, não será interrompida.

PÁGINA 3

## Audiência pública discute TV digital

Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática reúne amanhã autoridades, técnicos e representantes de emissoras para analisar a implantação da TV digital no país.

PÁGINA 4

## Seminário reunirá especialistas em clonagem humana

As comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Sociais realizam amanhã e quarta-feira seminário sobre clonagem humana. Segundo o senador Sebastião Rocha, o debate reunirá parlamentares e especialistas nas áreas de Direito, Ética, Ciência e Religião. O objetivo é instruir projetos sobre o tema em tramitação no Senado.

PÁGINA 6



José Cruz

Sebastião Rocha: seminário deverá mostrar as várias opiniões sobre clonagem humana

## Malan e Armínio podem explicar tensão no mercado financeiro

A senadora Heloisa Helena afirmou que pretende apresentar requerimento convidando o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, para falar sobre a crise do mercado financeiro nos últimos dias. O vice-líder do governo no Senado, Romero Jucá, anunciou que os dois estão dispostos a explicar a crise.

PÁGINA 3



Rosevelt Pinheiro

Heloisa Helena pretende que Pedro Malan e Armínio Fraga falem à CAE e à CFC

Subsecretaria de Projetos Especiais



111 anos do Senado na República

**POLÍTICOS E CIENTISTAS VÃO DEBATER PAPEL DO SENADO**

PÁGINA 2

## Comissão analisa adicional de 1% nas passagens aéreas

PÁGINA 4

# Senado vai debater seu papel na história com políticos e cientistas

A partir deste mês, Casa discute também as perspectivas do Legislativo para os próximos anos e promove série de eventos, como exposições e concursos

O Senado pretende debater o seu papel na história do país e as perspectivas do Legislativo para os próximos anos. As discussões serão feitas em seminários com a participação de historiadores, cientistas e políticos, ao longo de um ano, a partir deste mês, como parte das comemorações dos 111 anos do Senado republicano. Além dos seminários, o Senado deverá promover uma série de eventos, como exposições e concursos. As informações foram prestadas em entrevista pelo diretor do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Florian Madruga.

A programação será coordenada por uma comissão formada por



Ramez Tebet presidirá, no dia 12, sessão de abertura das comemorações

diretores da Casa e presidida pelo diretor-geral, Agaciél da Silva Maia. O secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, também participará da organização das come-

morações.

Segundo Florian Madruga, que coordena a comissão, os eventos comemorativos serão abertos pelo presidente do Senado, Ramez Tebet, com uma sessão solene no Plenário, que deverá acontecer no próximo dia 12, já que a data do aniversário da instituição neste ano será num domingo. O Senado da República foi instalado no dia 16 de junho de 1889.

Até agora, foram selecionados os seguintes grandes temas para a realização dos seminários: O Senado Republicano na História do Brasil; O Senado e a Função Legislativa; O Senado, a Política Externa do Brasil e as Relações In-

ternacionais; O Poder Legislativo e suas Perspectivas.

O Senado promoverá, em âmbito nacional, para alunos de 1º e 2º graus, concurso de redação sobre o papel da instituição na história do Brasil. E iniciará, também, premiação permanente, anual, de monografias, voltada para estudantes universitários, pesquisadores e historiadores, que será institucionalizada como *Prêmio Senado Federal na História do Brasil*. A monografia vencedora será convertida em livro e editada pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado, a cada ano. O Arquivo do Senado será aberto aos pesquisadores.

## Indicação de embaixadores na pauta da CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa, a partir das 17h30 de amanhã, as indicações de dois embaixadores pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Eles podem ocupar os postos no Kuwait e na Nova Zelândia.

O ministro de segunda classe Mário da Graça Roiter foi indicado para ser o embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuwait. O parecer, relatado pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ), será apreciado em reunião secreta da comissão.

Já o ministro de primeira classe Sérgio Barbosa Serra foi indicado para chefiar a embaixada brasileira na Nova Zelândia. O parecer foi redigido pelo senador Lúdio Coelho (PSDB-MS).

## Comissão examina ingresso do país na Alca

A pauta da Comissão Mista do Mercosul, que se reúne amanhã, às 14h30, examina projeto do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) que convoca plebiscito sobre a suspensão por 20 anos das negociações para o ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

O relatório da senadora Emília Fernandes (PT-RS), favorável ao projeto, reduz o prazo para 15 anos e substitui o plebiscito (consulta popular prévia) por referendo (consulta popular posterior). Dessa forma, depois de negociados os termos do acordo e assinado o tratado, a sociedade poderia decidir pelo ingresso ou não do Brasil na Alca.

Na última terça-feira, a reunião foi adiada, pela quarta vez consecutiva, por falta de quórum. Segundo o presidente da comissão, senador Roberto Requião (PMDB-PR), os líderes do governo estão obstruindo os trabalhos delibe-



A Comissão Mista do Mercosul deve analisar amanhã projeto que convoca plebiscito sobre suspensão das negociações para adesão à Alca

radamente, para evitar a votação do projeto de Saturnino. Com a atitude, salientou o senador, matérias de interesse do próprio Executivo também não têm sido votadas. É o caso, segundo Requião, dos tratados internacionais sobre o Mercosul. Essas propostas devem tramitar obrigatoriamente na Comissão do Mercosul antes de serem votadas no Plenário do Senado.

Outro ponto da pauta é o requerimento do deputado Inácio Arruda (PCdoB-CE) para a realização de audiência pública nos estados sobre as conseqüências para o Brasil de uma possível entrada do país na Alca. Deve ser votado ainda outro requerimento de Arruda solicitando audiência para a discussão da criação, pelos Estados Unidos, da Agência de Promoção do Comércio.



## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 10 DE JUNHO DE 2002

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

### PREVISÃO

### PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 113/01, acrescenta o Título XII ao Código Penal, dispondo sobre os crimes previstos em atos internacionais, e dispositivo à Lei nº 9.613/98, que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta lei, cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf); quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 55/01, altera a redação do artigo 29-A da Constituição federal (estabelece limites de despesas com o Poder Legislativo municipal); PLS nº 107/02, altera a Parte Geral e os artigos 157, parágrafo 2º, 1, 158, 329 e 334 do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), e altera o artigo 85 da Lei nº 9.099/95, que dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais; PLS nº 117/02, altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.613/98, que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta lei; cria o Coaf; entre outros.

Quarta-feira

10h — Sessão deliberativa extraordinária

Pauta: primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 18/02, altera os artigos 100 e 156 da Constituição federal e o artigo 81 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; acrescenta os artigos 84, 85, 86, 87 e 88 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (CPMF); primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 19/02, acrescenta o artigo 84 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incorporando os policiais militares do extinto território federal de Rondônia aos quadros da União; e primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 3/02, acrescenta o artigo 149-A à Constituição federal (institui contribuição para custeio do serviço de iluminação pública no Distrito Federal e municípios).

Sessão deliberativa extraordinária

Pauta: segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 18/02; segunda sessão de discussão, em segundo turno da PEC nº 19/02; e segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 3/02.

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 18/02; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno da PEC nº 19/02; e terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 3/02.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDLs nº 5/02 e 7/02, que aprovam textos de acordos entre o Brasil e a Hungria; Requerimentos nºs 281/02, do senador Sebastião Rocha, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nº 167/01 com o 265/99, que já se encontram arquivados ao de nº 137/01, por regulararem a mesma matéria; 282/02, do senador Geraldo Melo, solicitando a retirada, em caráter definitivo, da PEC nº 21/02; e 289/02, da senadora Maria do Carmo, solicitando a tramitação conjunta do PLC nº 30/02 com o PLS nº 9/02, por regulararem a mesma matéria.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa ordinária

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Votação final da CPMF será realizada na quarta-feira

No mesmo dia, Plenário do Senado deve decidir sobre proposta de emenda à Constituição que institui taxa de iluminação pública

O Senado deve votar na quarta-feira, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 31 de dezembro de 2004. O presidente da Casa, Ramez Tebet, convocou duas sessões deliberativas extraordinárias para a manhã de quarta, a fim de que a proposta seja definitivamente votada à tarde.

Com a aprovação, a PEC estará pronta para ser promulgada, o que permitirá não interromper a cobrança da CPMF. Para isso, na votação em primeiro turno, o Senado aprovou emenda do senador Romero Jucá (PSDB-RR) excluindo do texto a exigência de que a cobrança só poderia voltar a ser feita passados 90 dias de sua promulgação.

Também em segundo turno e no mesmo dia, o Plenário vota outras duas propostas de emenda à Constituição. A primeira, de iniciativa do governo, incorpora os policiais militares do extinto território federal



Emenda de Romero Jucá permite cobrança da CPMF sem interrupção

de Rondônia aos quadros da União. A segunda, do senador Álvaro Dias (PDT-PR), institui contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.

Amanhã, o Plenário deve votar projeto da Câmara garantindo proteção contra maus-tratos e abusos a animais de rodeios. O texto estabelece que os rodeios vão ter que respeitar padrões sanitários, incluindo vacinação contra febre aftosa e controle de anemia infecciosa.

No mesmo dia, os senadores de-

liberam sobre projeto que contribuirá para que os estados e o Distrito Federal paguem dívidas reconhecidas pela Justiça (precatórios), desde que oriundas de processos que envolvam salários, pensões, benefícios previdenciários e indenização por morte ou invalidez – os chamados precatórios de natureza alimentar. Será votada também PEC apresentada pelo senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) para alterar os limites de gastos dos Legislativos municipais com seus vereadores.

Seis projetos oriundos da Comissão Mista de Segurança Pública serão examinados terça-feira, inclusive os que alteram o Código de Processo Penal em dispositivos relativos ao interrogatório do acusado, ao tribunal do júri, à constituição de provas e à fixação de penas. E na quinta-feira, o Senado vota dois acordos celebrados pelo Brasil com a Hungria para cooperação em quarentena vegetal, proteção de plantas, procedimentos sanitários em veterinária e saúde pública animal.

# CAE examina empréstimos para hospitais universitários

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai analisar amanhã pedidos do governo para tomar dois empréstimos no exterior, no valor de aproximadamente R\$ 53 milhões, os quais serão aplicados nos vários hospitais universitários do país e no programa de modernização da infraestrutura acadêmica das universidades federais.

O primeiro empréstimo será firmado com o Japan Bank for International Cooperation (2,9 bilhões de ienes) e se destina a bancar 85% das compras de equipamentos em duas empresas japonesas, a Marubeni e a Nissho Iwai. O segundo, no valor de 3,35 milhões de euros, será assinado com o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria.

A CAE também examinará uma mensagem do Executivo solicitando autorização para assumir um empréstimo de R\$ 500 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os dólares serão usados para apoiar o balanço de pagamentos brasileiro – contas



Lauro Campos quer esclarecimentos sobre dossiê da Previ

externas do país, incluindo comércio, pagamento de dívidas, gastos de turistas, investimentos estrangeiros e fretes. O assunto esteve em discussão na última terça, mas não foi votado porque a senadora Heloísa Helena (PT-AL) pediu vista da matéria.

Na mesma reunião, os integrantes da comissão podem votar requerimento do senador Lauro Campos (PDT-DF) que pede a convocação de Erik Persson, ex-diretor do Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ). O objetivo é obter esclarecimentos sobre afirmações de Persson, publicadas por jornais, a respeito da existência de um dossiê com os contratos que deram prejuízos à Previ na época em que Ricardo Sérgio de Oliveira era diretor do Banco do Brasil. O requerimento pede que também sejam convidados o atual interventor na Previ, Carlos Eduardo Esteves Lima, e José Roberto Távola, secretário de Previdência Complementar.

# Malan e Armínio devem explicar tensão no mercado financeiro

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), vice-líder do governo, anunciou sexta-feira que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga, “estão dispostos” a explicar ao Senado a crise que o mercado financeiro enfrentou depois das mudanças nos fundos de renda fixa.

Também na sexta-feira, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) anunciou que pretende apresentar requerimento o mais breve possível convidando Pedro Malan e Armínio Fra-

ga a prestarem os esclarecimentos numa reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos e de Fiscalização e Controle.

– O governo não tem nada a esconder e, se forem convidados, o ministro e o presidente do Banco Central prestarão todos os esclarecimentos – afirmou o vice-líder.

A crise começou há uma semana e coincidiu com a decisão do BC de mudar as regras de contabilização dos títulos públicos que integram os fundos de investimento, gerando



Malan (foto) está disposto a explicar crise, segundo Jucá

prejuízos para aplicadores nos chamados Fundos DI. A seguir, a cotação do dólar subiu até quinta-feira, a Bolsa de Valores de São Paulo caiu e o risco Brasil subiu, reduzindo a cotação de títulos brasileiros no mercado externo. Na sexta, o nervosismo do mercado diminuiu, com pequena queda na cotação do dólar e melhora no risco Brasil.

# Mauro Miranda saúda lei que combate violência doméstica

O Brasil perde até 10,5% do seu Produto Interno Bruto (PIB) com despesas decorrentes da violência doméstica, afirmou o senador Mauro Miranda (PMDB-GO), ao registrar sua satisfação com a lei que afasta do lar o autor de agressão, sancionada pelo presidente da República. Ele disse que



Mauro: a cada quatro minutos, uma mulher é agredida em seu lar

a medida não tem valor meramente simbólico, pois 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas a esse tipo de violência.

– A cada quatro minutos, uma mulher é agredida em seu próprio lar, por uma pessoa com quem mantém relação de afeto – salientou.

Citando estatísticas e registros de delegacias especializadas, Mauro disse que 70% dos incidentes ocorrem dentro de casa, e que o agressor geralmente é o marido da vítima. Mais de 40% dos atos violentos resultam em lesões corporais graves, decorrentes de socos, tapas, chutes, espancamentos e estrangula-

mentos, comentou.

Observando que o Brasil é o país que mais sofre com a violência doméstica, o senador explicou que a nova lei permite que seja expulso de casa, por decisão judicial, o homem que espancar a mulher no ambiente doméstico. Para que isso aconteça, bastará que a vítima da agressão registre ocorrência na polícia. Nesse caso, o Judiciário poderá até decidir liminarmente pelo afastamento do agressor, isto é, determinar o afastamento antes do julgamento final do processo.

Mauro reconheceu que a medida não resolve, por si só, o problema da violência contra a mulher, mas avaliou que ela representa importante passo na adequação da legislação existente. “Orgulha-nos, portanto, que esse passo tenha sido dado por iniciativa do nosso partido e, mais ainda, por uma parlamentar oriunda do nosso estado, a deputada Nair Xavier Lobo”, declarou.

# Diretor da Polícia Federal fala sobre caso Lunus

Em reunião conjunta prevista para amanhã, às 15h, a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados ouvem o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (PF), Itanor Neves Carneiro, sobre a investigação na empresa Lunus.

No dia 1º de abril, por ordem da Justiça Federal do Tocantins,

agentes e delegados da PF apreenderam documentos na Lunus, que pertence à ex-governadora do Maranhão, Roseana Sarney, e a Jorge Murad, marido dela. Roseana, então governadora e pré-candidata à Presidência da República pelo PFL, deu várias entrevistas acusando a Polícia Federal de agir com objetivos políticos, para inviabilizar sua candidatura em favor da candidatura do sena-

dor José Serra (PSDB-SP), escolhido pelo governo.

Itanor Carneiro também deverá se pronunciar sobre a contratação de empresas privadas para atividades de inteligência no Ministério da Saúde e o acordo firmado entre a Polícia Federal e a agência dos Estados Unidos especializada no combate ao narcotráfico, a Drug Enforcement Administration (DEA).

# Comissão de Educação realiza audiência pública sobre TV digital

Debate visa aprofundar as conseqüências da implantação do novo sistema de televisão no país. Foram convidados representantes do governo e da indústria, além de especialistas do setor

A Comissão de Educação realiza amanhã reunião conjunta com a Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática para debater, em audiência pública, a implantação da TV digital no Brasil. A audiência foi requerida pelos senadores Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) e Gerson Camata (PMDB-ES) e contará com a participação de representantes do governo, da indústria e da televisão.

Entre os convidados estão: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Marco Aurélio de Almeida Rodrigues, vice-presidente da Associação

Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee); Olímpio José Franco, presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET) e Antônio Telles, presidente da União Nacional de Emissoras e Redes de Televisão (Unetv).

A diferença técnica entre a TV analógica, atualmente em uso no Brasil, e a TV digital está na transmissão de dados. Enquanto a analógica transmite sons e imagens por meio de ondas eletro-



Antonio Carlos Júnior é um dos autores do pedido de audiência

magnéticas, que estão sujeitas a interferências do meio externo, a televisão digital transmite dados em forma binária, a mesma linguagem dos computadores.

Na última quinta-feira, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu, em discurso no Plenário, que o presidente Fernando Henrique Cardoso deixe a cargo do próximo governo a decisão sobre o modelo de televisão digital a

ser implantado no país. Ele alertou para a complexidade do assunto e para as dificuldades que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) está enfrentando para decidir qual sistema digital, entre os três possíveis (japonês, norte-americano ou europeu), será adotado para substituir o atual modelo analógico de televisão.

Valadares ressaltou o alto preço da operação para a implementação do novo sistema. Segundo dados divulgados pela Anatel, as cifras são estimadas em US\$ 100 bilhões em negócios a serem feitos nos próximos dez anos.

## Goiás, Tocantins e DF podem ficar fora do horário de verão

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) examina amanhã dois projetos de lei sobre o horário de verão. O primeiro, de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), veda a implantação do horário nos estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal. A proposta tem parecer favorável do relator, Mauro Miranda (PMDB-GO), mas Geraldo Melo (PSDB-RN) apresentou voto em separado contrário à aprovação, endossado por Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO).

O outro projeto, de autoria do deputado Márcio Fortes (PSDB-RJ), fixa a duração e a abrangência geográfica do horário de verão. O texto estabelece que os relógios sejam adiantados em 60 minutos a partir da zero hora do terceiro domingo de outubro e que voltem ao horário original no segundo domingo de fevereiro. O horário será adotado nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Distrito Federal. A proposta tem parecer favorável de Eduardo Siqueira Campos, mas a senadora Heloísa Helena (PT-AL) discordou da po-



Maguito propõe exclusão do DF do horário de verão

sição do relator em voto em separado. Entre os 15 itens da pauta da CI, consta também projeto do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) que suspende as licitações de novas áreas para exploração de petróleo até que o Congresso Nacional aprove o planejamento estratégico energético do país, proposto pelo Conselho Nacional de Política Energética. No entanto, o relator da matéria, Nabor Júnior (PMDB-AC), votou pela rejeição do projeto, "por acreditar que suspender as licitações poderá trazer prejuízos maiores do que os hoje decorrentes da ausência de planejamento estratégico para o setor".

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) apresentou parecer favorável ao relatório anual de atividades da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), encaminhado à CI pela Presidência da República.

O senador Francisco Escórcio (PMDB-MA) apresentou requerimentos para que o ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, e o ex-diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) Jorge Guilherme Franciscone falem sobre os controladores eletrônicos de velocidade, conhecidos como "pardais".

## Senadores debatem aumento tarifário para linhas regionais

Nesta quarta-feira, às 10h, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realiza audiência pública para debater o projeto de lei do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que cria adicional tarifário de 1% sobre as passagens das linhas aéreas regulares domésticas.

Foram convidados para a audiência pública o diretor-presidente da Penta Transportes Aéreos, César Pena Fernandes; o diretor-presidente da Rico Linhas Aéreas, Átila Yurtsever; o diretor-presidente da Tavaj Linhas Aéreas (TVJ), José Idalberto da Cunha; o sócio-gerente da Meta Linhas Aéreas, Francisco Assunção Mesquita; a presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Graziella Baggio; e o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroaviárias, George Ermakoff.

A matéria foi retirada de pauta a pedido do próprio Mozarildo para



Projeto de Mozarildo prevê adicional de 1% nas tarifas

que fosse realizada a audiência pública. Pelo projeto, os recursos arrecadados serão aplicados na suplementação tarifária de linhas aéreas regionais com tráfego executado dentro da Amazônia Legal.

Conforme afirma o parlamentar, na justificativa do projeto, a suplementação tarifária pas-

sou a ser "recurso de vital importância" para a sobrevivência das empresas regionais, que geram 1,4 mil empregos e transportaram, em 2000, 390 mil pessoas.

Para Mozarildo, "os serviços especializados e aeromédicos são incipientes na região e a infraestrutura hospitalar não consegue atender a contento a demanda". Assim, enfatiza, "as empresas aéreas regionais acabam, por solidariedade humana, transportando doentes do interior para as capitais em busca de uma chance a mais de sobrevivência".

### Suplementação já foi cobrada no Brasil

A suplementação tarifária é um subsídio criado para viabilizar as linhas aéreas de médio e baixo tráfego que não apresentam viabilidade econômica e atendem localidades de interesse estratégico, econômico ou turístico, como as da Amazônia Legal. O incentivo já vigorou no Brasil anos atrás, com uma alíquota de 3% cobrada em todos os bilhetes vendidos no país. O dinheiro ia para um fundo especial e era usado no financiamento, às empresas de médio e pequeno porte, da compra de aviões da Embraer, como o Bandeirante e o Brasília.



## Conselho vota relatório sobre denúncias

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar vota amanhã, a partir das 18h, relatório do senador Moreira Mendes (PFL-RO) sobre denúncias de irregularidades envolvendo os senadores Ney Suassuna (PMDB) e Wellington Roberto (PTB), ambos da Paraíba. O pedido de abertura de investigação partiu do líder do Bloco Oposição, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), baseado em indícios constantes de reportagem da revista *Época* publicada em 20 de maio.

A reportagem trata da prisão de José Elísio Ferreira Júnior, empresário que seria ligado aos senadores paraibanos, e de Giovanni Riccardi, assessor de Wellington Roberto. Eles foram presos pela Polícia Federal, no Aeroporto de Brasília, com R\$ 99,7 mil. De acordo com a revista, a quantia seria a segunda parcela do pagamento de propina cobrada das empreiteiras Fuad Rassi, de Goiânia, e Sercel, de Belo Horizonte, para que o Ministério da Integração Nacional, então sob o comando de Suassuna, liberasse R\$ 3 milhões para obras em Catalão (GO).

O parecer de Moreira Mendes é pelo arquivamento da denúncia, por entender que não existem evidências concretas do envolvimento dos senadores em irregularidades. Ele citou o juiz federal Clóvis Barbosa, responsável pela prisão preventiva de Elísio e Riccardi, que afirmou não haver, "até o momento", vinculação do suposto tráfico de influência com qualquer parlamentar ou partido político.

O próprio Suassuna defendeu-se em Plenário, sustentando que José Elísio Ferreira nunca foi seu funcionário. Ele também justificou a liberação de recursos para a obra no município goiano. Segundo o senador, eram recursos alocados na rubrica "restos a pagar", ou seja, teriam que ser pagos sob pena de cancelamento.



Moreira pede arquivamento do projeto

## Cabral destaca importância das instituições ambientais

Apesar de admitir dificuldades como as relativas ao Protocolo de Kyoto, armamento nuclear, desigualdades sociais, fome, explosão populacional e incremento de armas biológicas, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) manifestou seu otimismo



Cabral homenageia o Dia Mundial do Meio Ambiente

ao prestar sua homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado na última quarta-feira.

Cabral observou que o Brasil conta com estrutura legal, institucional e técnica na área ambiental;

com o Sistema Nacional de Meio Ambiente em pleno funcionamento; e com a legislação do setor sendo aplicada por intermédio dos órgãos estaduais apoiados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O parlamentar informou ainda que, na próxima semana, colocará à disposição do Senado e do público o livro *Dossiê da Missão Técnica à Organização Meteorológica Mundial*, de sua autoria.

## Eduardo anuncia projeto de seqüestro de carbono urbano

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) comunicou o lançamento, no Tocantins, do projeto de Seqüestro de Carbono Urbano. Por meio do plantio de florestas para absorção do CO<sub>2</sub> (gás carbônico), dentro de alguns meses o estado poderá comercializar "cotas de ar puro" para indústrias poluentes de todo o mundo. O anúncio do programa foi feito no Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado quarta-feira.

Os princípios que fundamentam a comercialização de créditos de carbono, segundo explicou Eduardo, foram definidos pelo Protocolo de Kyoto. O mecanismo consiste em permissão para que os grandes emissores de CO<sub>2</sub> comprem cotas de empresas ou países com capacidade de desenvolver ações de resgate de gases poluentes da atmosfera e abatam essas cotas do seu volume de ge-

ração de CO<sub>2</sub>.

Uma das formas do chamado "seqüestro de carbono" é desenvolvida por empresas potencialmente poluidoras que assumem o compromisso de recuperação de áreas degradadas. A quantidade de carbono absorvida e o oxigênio liberado são medidos e estes números apresentados a organismos internacionais que intermedeiam a compensação financeira desta diminuição na emissão de gás carbônico.

A expectativa é que o projeto arrecade aproximadamente R\$ 400 mil por ano com a venda do "carbono seqüestrado". Em todo o mundo, somente Paris desenvolve programa tão arrojado, informou o senador. Ele acrescentou que foi informado pelo Instituto Ecológico que Palmas será projetada internacionalmente, entrando no mercado exterior de CO<sub>2</sub>.

### O conceito "seqüestro de carbono"

Em 1997, no Japão, os países industrializados assumiram a responsabilidade de reduzir suas emissões de dióxido de carbono [CO<sub>2</sub>] até o período de 2008-2010, dando origem ao Protocolo de Kyoto. A alta concentração de dióxido de carbono na atmosfera é responsável pelo chamado "efeito estufa" e o conseqüente aumento da temperatura da terra. Se as emissões de CO<sub>2</sub> não diminuírem, a média de temperatura poderá aumentar de 1,5 a 4,5°C e o nível dos oceanos será elevado de 60 cm a 1,5 metro, trazendo danos irreversíveis ao homem e à natureza.

O conceito "seqüestro de carbono" deve-se à capacidade de plantas verdes absorverem o carbono atmosférico, presente principalmente sob forma de CO<sub>2</sub>, e convertê-lo em substâncias úteis ao seu metabolismo e crescimento, não retornando à atmosfera.

Os maiores emissores de CO<sub>2</sub>, em toneladas/ano per capita de carbono, são, pela ordem, Estados Unidos, Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Irlanda, Holanda, Dinamarca e Bélgica.

## Atendimento especializado a idosos é analisado na CAS

Substituto da senadora Marluce Pinto obriga ambulatórios e hospitais gerais a oferecer atendimento geriátrico a pacientes acima de 65 anos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve se pronunciar na sua reunião desta quarta-feira, a partir das 9h, sobre substitutivo da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) que obriga os ambulatórios e hospitais gerais, públicos e privados, a prestarem atendimento especializado em geriatria a todos os pacientes com idade superior a 65 anos. O descumprimento desta regra poderá acarretar o pagamento de multa no valor de até R\$ 10 mil por mês. A decisão será terminativa, ou seja, só irá a Plenário mediante requerimento.

A proposta original, do senador Carlos Wilson (PTB-PE), obrigava todos os hospitais públicos e privados a manter ambulatórios e unidades de internação destinados preferencialmente ao atendimento de pessoas com idade superior a 65 anos. A relatora optou por alterar o projeto, limitando a exigência aos ambulatórios e hospitais gerais, por considerar que várias unidades hospitalares dispõem de atendimento exclusivo



Substituto de Marluce limita a exigência aos hospitais gerais

em especialidades que não lidam com idosos, como obstetria e pediatria.

Na pauta de 14 itens da CAS também está o parecer do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), favorável ao projeto da Câmara dos Deputados que faculta ao trabalhador sacar o seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento do valor de aquisição de lote popular de uso residencial. A condição é que a área não ultrapasse 250 m<sup>2</sup> e esteja localizada em loteamento ur-

bano aprovado pelo poder público local.

Atualmente, o FGTS só pode ser utilizado para aquisição de moradia já concluída, para liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento concedido pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), para abatimento das prestações decorrentes de financiamento do SFH e para pagamento de recursos próprios de imóvel residencial em fase de construção.

Outra matéria que poderá ser analisada pela comissão é o parecer do senador Moreira Mendes (PFL-RO) favorável ao projeto do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para autorizar o não comparecimento do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, para a procura de parente desaparecido. O empregado poderá faltar ao serviço por até 15 dias no caso de desaparecimento de cônjuge, pais, filhos, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica.

## TV para Forças Armadas vai a votação

O projeto do senador Luiz Otávio (PPB-BA) que garante um canal de televisão a cabo para as Forças Armadas deverá ser votado amanhã pela Comissão de Educação (CE), em turno suplementar. O presidente da comissão, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), concedeu vista coletiva da matéria na última reunião da CE, ocasião em que o autor do projeto informou aos senadores que "está sofrendo ameaças muito grandes" da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), contrária ao projeto.

De acordo com Luiz Otávio, é necessário um veículo de divulgação do trabalho de defesa das fronteiras nacionais realizado pelas Forças Armadas, especialmente na região amazônica, objeto do interesse de pesquisadores estrangeiros devido à riqueza de sua biodiversidade.

O projeto vai a turno suplementar porque a relatora, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), apresentou substitutivo ao texto de

Luiz Otávio. O senador propunha um canal de TV a cabo para o Comando do Exército e a relatora avaliou que o veículo deveria ser colocado sob a responsabilidade do Ministério da Defesa, para divulgar também as atividades dos comandos da Aeronáutica e da Marinha.

Outro projeto que volta à pauta da CE é o que regulamenta a responsabilidade do poder público pelo transporte escolar de alunos carentes nas zonas rurais. De autoria do deputado Nelson Marchezan (falecido), a proposta recebeu substitutivo do senador Moreira Mendes (PFL-RO) determinando que caberá à União prestar assistência financeira aos estados, municípios e Distrito Federal, para auxiliá-los na oferta do transporte escolar.

Com parecer favorável do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), a CE analisará ainda projeto que trata da obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da



Autor do projeto, Ricardo Santos vem sofrendo pressão da Anatel, que é contrária à concessão

rede de ensino, da disciplina História e Cultura Afro-Brasileira. Na sua justificativa, a autora, deputada Esther Grossi (PT-RS), afirma que a medida pretende restaurar a verdadeira contribuição do povo negro ao desenvolvimento do país.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO), relator de projeto da Câmara que denomina Ministro Alfredo Nasser a rodovia BR-153, apresentará parecer favorável à aprovação da proposta.

# Senado realiza seminário sobre clonagem humana

Sebastião Rocha destaca que debate, amanhã e quarta-feira, servirá para instruir projeto que proíbe essa prática no país

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) comunicou ao Plenário, na sexta-feira, que o Senado realizará amanhã e quarta-feira o Seminário sobre Clonagem Humana, que contará com a participação de parlamentares e de diversos especialistas nas áreas de Direito, Ética, Ciência e Religião.

O evento, que está sendo promovido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), deverá apontar as várias posições sobre o assunto e servirá, segundo o senador, para instruir projeto de sua autoria, em tramitação no Senado, proibindo a clonagem humana no Brasil.

A abertura do seminário será feita pelo presidente da Casa, senador Ramez Tebet, e em seguida haverá palestras dos presidentes

da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), e da CAS, senador Romeu Tuma (PFL-SP). Estão previstos para os dois dias conferências e debates sobre os seguintes temas: Aspectos Técnicos e Conceituais sobre Clonagem Reprodutiva e Terapêutica; A Posição Oficial do Ministério da Ciência e Tecnologia – com a participação do ministro Ronaldo

Sardenberg; Direito e Clonagem Humana; Ciência e Clonagem Humana; Em Defesa da Clonagem Terapêutica Relacionada às Doenças Degenerativas; As Religiões e a Clonagem Humana; Ética e Direitos Reprodutivos e a Visão Ética sobre Clonagem Humana.

O seminário, que acontecerá no Auditório Petrônio Portella, será aberto às 9h de amanhã.



## Discussão está só começando

**P**or ser um tema recente, a clonagem humana ainda está sendo discutida em parlamentos de todo o mundo. Os europeus foram os primeiros a aprovar, em 1998, protocolo proibindo a clonagem. Os países que assinaram o documento se comprometem a proibir, por lei, qualquer intervenção que procure criar seres humanos geneticamente idênticos a outro ser humano, se vivo ou morto, sem exceção.

O tratado é o primeiro e único acordo internacional que bane a clonagem. Vinte e quatro estados europeus o assinaram. Eles ainda terão que aprovar leis nacionais, num prazo de cinco anos após a assinatura do protocolo, proibindo a técnica.

Vale ressaltar, porém, que o termo assinado deixa para os países, individualmente, a determinação do que seja "ser humano". Além disso, o tratado não toma posição sobre a admissibilidade ética de clonagem de células e tecidos para pesquisa que resultem em aplicação médica. Essas brechas podem levar alguns países a aprovar a clonagem humana, ainda que com restrições.

No momento, somente Japão, Portugal, Alemanha e Dinamarca proíbem a clonagem humana, seja para reprodução (formação de novas pessoas) ou fins terapêuticos (criação de diferentes tipos de tecidos, usados no tratamento de doenças).

## Tião Viana elogia trabalho da Rede Sarah

O senador Tião Viana (PT-AC) destacou em Plenário, na sexta-feira, a "excelência" no serviço médico prestado pelos hospitais da Rede Sarah Kubitschek no país. Pesquisa do Ministério da Saúde revelou, segundo Viana, que a unidade é vista como modelo dentro da política geral de assistência à saúde, sobressaindo pela qualidade na marcação de consultas, nos atendimentos ambulatorial e hospitalar e no acompanhamento do pós-operatório de pacientes vítimas de traumas ortopédicos e doenças do aparelho locomotor.

— Os hospitais Sarah Kubitschek estão no mesmo patamar de aten-

dimento de países do primeiro mundo.

Ao mesmo tempo em que exaltou o nível da assistência médico-hospitalar prestada pela instituição, Viana disse esperar que essa experiência bem-sucedida sirva de exemplo para melhoria do sistema público de assistência à saúde.

De acordo com o senador, volta a consolidar-se no país um sistema múltiplo de assistência, que



Tião Viana: rede está no patamar de atendimento do primeiro mundo

deve relegar ao Ministério da Saúde a gestão apenas das políticas de atendimento médico e de medicamentos. Parte das críticas de Viana dirigiram-se ao crescente repasse de atribuições do setor para estados e municípios sem suficiente reforço orçamentário.

Em aparte, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) apoiou a homenagem à Rede Sarah.

## Alcântara homenageia Lutzenberger, o ecologista

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) prestou homenagem à memória do ambientalista José Antônio Lutzenberger, falecido no último 14 de maio. Cientista, intelectual, escritor, poliglota, professor e doutor *honoris causa* de universidades de vários países, Lutzenberger foi "defensor de primeira linha das causas ambientais, da exploração racional dos recursos da natureza e da soberania da Amazônia, ganhador de inúmeras honrarias internacionais e dezenas de condecorações, entre as quais o Prêmio Nobel Alternativo de Ecologia, concedido pela The Right Livelihood Foundation, da Suécia, em 1998", assinalou o senador.

Lúcio Alcântara lembrou que Lutzenberger, no início dos anos 70, ocupava alto posto na empresa multinacional Basf quando decidiu partir para nova experiência e "assumiu o papel de militante ecológico em tempo integral". Dedicado até o fim de seus dias a essa causa, foi enterrado no Rincão de Gaia, propriedade rural a 120 quilômetros de Porto Alegre, que sedia a fundação criada por Lutzenberger em 1987. No Rincão de Gaia, acrescentou Alcântara, são realizados cursos, seminários, encontros, debates e conferências sobre a defesa do meio ambiente.

O senador também elogiou o



Lúcio Alcântara destaca que Lutzenberger recebeu inúmeras honrarias internacionais

governo federal, em especial o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Pratinha de Moraes, pelo Plano Agrícola e Pecuário de 2001/2002, lançado no segundo semestre de 2001.

Citando dados do IBGE, Alcântara afirmou que a produção agrícola, no ano passado, foi muito positiva, com safra recorde de 98,471 milhões de toneladas, 18,28% superior à do ano anterior.

— O governo federal está destinando R\$ 14,7 bilhões para apoiar o plantio, o que representa um acréscimo de 30% em relação ao ano passado. Desse total, 78% serão liberados aos produtores com juros fixos de 8,75% — disse Alcântara, lembrando que a meta é produzir 100 milhões de toneladas de grãos.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO HOJE

6h30 — *Cidadania* — A sen. Emilia Fernandes e Schuma Schumacher, da Articulação de Mulheres Brasileira, falam sobre os 70 anos do voto feminino.  
7h30 — *Entrevista* — O sen. Roberto Saturnino fala sobre segurança pública  
8h — *Canal do Município* — Programa dedicado aos municípios brasileiros — nº 16  
8h30 — *De Coração* — Diabetes  
9h — *Espaço Cultural* — Xilogravura  
9h45 — *Fala Cidadão* — A conexão do Senado com a sociedade — nº 16  
10h — Seminário das Águas "Soberania e Bacias Transfronteiriças"  
11h — *As Cores do Brasil* — Rio Grande do Sul  
11h30 — *Canal do Município* — Programa dedicado aos municípios brasileiros — nº 16  
12h — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos — nº 16  
12h30 — *Entrevista* — O sen. Alberto Silva fala sobre o biodiesel  
13h — *Fala Cidadão* — A conexão do Senado com a sociedade — nº 16  
13h30 — *Cidadania* — O sen. Moreira Mendes e o sen. Jonas Pinheiro falam sobre o endividamento rural  
14h15 — *Senado Informa* (ao vivo)

14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após — *Senado Informa* (ao vivo)  
19h — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos — nº 16  
19h30 — *Cidadania* — O sen. Sebastião Rocha e Esper Cavalheiro, presidente do CNPq, falam sobre a clonagem humana  
20h30 — *Entrevista* — O sen. Luiz Otávio fala sobre o Refis  
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado  
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO HOJE

7h — Música e informação  
8h — *Senado Primeira Hora*  
9h — Música e informação  
14h10 — *Senado Notícia* — Edição da tarde  
14h30 — Sessão Plenária  
19h — *A Voz do Brasil*  
22h — *Jornal da Noite*  
23h — *Vozes do Século XX*

RÁDIO SENADO ONDAS CURTAS  
(Transmitindo para as regiões Norte/Nordeste/Centro-Oeste e norte de Minas na frequência de 5990 Kwz, na faixa de 49 metros)

## Fala Cidadão

O Jornal do Senado volta a publicar perguntas dirigidas aos senadores abordando questões de interesse público. As desta edição foram veiculadas pela TV Senado. Você pode participar e ter sua pergunta respondida aqui ligando para o serviço A Voz do Cidadão — 0800-61-2211 — e autorizando a publicação.

Rogério de Paula Almeida, de Valença (RJ), pergunta:

*Por que nas propagandas eleitorais que estão sendo transmitidas não há uma indicação mais nítida sobre quais são os deputados e senadores que estão tentando uma nova candidatura?*

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) responde — “Rogério, a lei não permite. Esses programas que estão aparecendo agora são programas dos partidos, não dos candidatos, pois eles ainda não estão oficialmente escolhidos. Ainda precisam ser lançados oficialmente pelas suas respectivas convenções, que serão realizadas no mês de julho, como determina a Lei Eleitoral. Agora, os partidos têm aquele espaço gratuito na televisão para fazerem a sua propaganda partidária e assim inserirem no seu horário aquelas figuras que provavelmente serão seus representantes.”

José Amaro Oliveira, de Santa Bárbara (MG), pergunta:

*Por que a perseguição ao time Vasco da Gama na CPI do Futebol?*

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) responde — “É o time que eu torço, José Amaro, e tenho o maior carinho por ele. O que aconteceu é que por existirem suspeitas contra os dirigentes do clube, a CPI do Futebol teve que buscar elementos para verificar se eram procedentes essas suspeitas. Assim, foram necessárias algumas diligências junto à Polícia Federal, especialmente porque o deputado Eurico Miranda (PPB-RJ), presidente do Vasco da Gama, não facilitou a coleta de documentos a respeito das acusações, negando até o acesso da comissão de investigação à sede do clube. Por isso, algumas pessoas podem ter ficado com a impressão de que a CPI “perseguiu” o time, o que não é verdade. Não tenho nada contra o Vasco, mas serei sempre contra os maus dirigentes e contra os corruptos.”

## “A Voz do Cidadão” recebe sugestões 24 horas por dia

Cidadania é uma palavra que define o serviço “0800-A Voz do Cidadão”, posto à disposição da sociedade pelo Senado desde outubro de 1997. Durante 24 horas por dia, o serviço recebe as mais variadas ligações no telefone 0800-612211, que vão desde sugestões de projetos a comentários sobre a atuação dos senadores e informações sobre legislação.

— É uma forma que as pessoas têm de participar do processo político, exercendo a cidadania — diz a chefe do serviço, mantido pela Subsecretaria de Relações Públicas, Ana Lúcia Novelli.

O número de chamadas para o serviço tem aumentado. No ano passado, foram 34,8 mil. Este ano, em apenas cinco meses, já se chegou a 18,2 mil. Detalhe importante é que somente são computadas as mensagens específicas para senadores ou que contenham pe-

didados expressos de legislação.

As mensagens para os senadores lideram as chamadas para o serviço (30% dos acessos), variando entre pedidos de discursos e de formulação de projetos e comentários sobre assuntos em pauta. “É interessante notar que as mensagens estão sempre em sintonia com os assuntos debatidos em Plenário. O que é transmitido pela TV Senado repercute imediatamente”, diz Ana Lúcia.

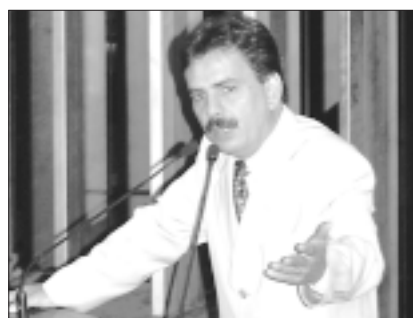
O 0800 também é muito acessado (24,4%) por pessoas interessadas em receber o *Jornal do Senado*. Cerca de 14% das chamadas são de cidadãos interessados em obter cópias de leis aprovadas pelo Congresso, ou em conhecer a tramitação de projetos na Casa. O acesso também pode ser feito por e-mail (cidadao@senado.gov.br), por fax (0800612210), ou pela Internet (www.senado.gov.br).

# Ademir cobra ações para erradicar trabalho escravo

Senador apela a deputados para que votem proposta que prevê a expropriação de terras onde ocorrer o problema

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) pediu ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara dos Deputados, Ney Lopes (PFL-RN), que coloque em votação, o mais rapidamente possível, proposta de emenda à Constituição (PEC) que prevê a expropriação das terras onde se verificar a ocorrência de trabalho escravo. A PEC, de autoria de Ademir, já foi aprovada pelo Senado.

A aprovação da PEC, segundo o senador, viria em boa hora, diante de novas denúncias de que o trabalho escravo vem crescendo em todo o país. Como exemplo, Ademir citou recente levantamen-



Ademir Andrade: denúncias de trabalho escravo vêm crescendo no país

to feito por organizações não-governamentais (ONGs), dando conta de que somente na região sul do Pará 1.267 trabalhadores exercem, comprovadamente, trabalhos não remunerados. O senador acha que o número de pessoas

submetidas à condição de trabalho escravo é muito maior.

Ademir defendeu a importância de as autoridades adotarem ações definitivas para erradicar “essa degradação, essa mancha que envergonha todos os brasileiros, que é o trabalho escravo em pleno século 21, numa sociedade pretensamente democrática e civilizada”. E a aprovação da PEC, observo, seria um passo inicial.

O trabalho escravo está mais presente, segundo Ademir, nas carvoarias mineiras, nas fazendas de sisal da Bahia e da Paraíba, nos canaviais de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Pernambuco, nas madeiras, seringais e garimpos do Acre, Amazonas e Pará.

## Exploração afeta até crianças e índios

**D**e acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) — uma das mais ativas entidades brasileiras de combate ao trabalho escravo —, entre 1998 e 2000, mais de 2 mil pessoas foram vítimas desse tipo de exploração. A Pastoral adverte que esse número pode ser bem superior, já que a maior parte das denúncias não chega ao poder público e às organizações não-governamentais (ONGs). O próprio Ministério do Trabalho admite que, para cada trabalhador resgatado, existem três em cativeiro. O Grupo Móvel de Fiscalização, criado pelo ministério para combater o trabalho escravo, realizou operações em 266 municípios brasileiros entre os anos de 1995 e 2000 (dado mais recente).

A exploração da mão-de-obra afeta crianças, mulheres e até povos indígenas. Em 2000, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) denunciou a escravização de 22 índios xakriabá, prisioneiros em fazendas no estado de Goiás.

Em abril passado, um grupo de ONGs nacionais e internacionais, como a Pastoral da Terra, Pax Christies e Fian (Food Information and Action Network) acusou o Brasil, na Organização das Nações Unidas (ONU), de não atuar para evitar o trabalho escravo. O grupo informou à Comissão de Direitos Humanos da ONU que, no ano passado, 991 pessoas trabalhavam em regime de escravidão somente no estado do Pará.

## Alberto Silva: mamona vira óleo diesel

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) apelou ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que o governo libere a verba de R\$ 200 mil que permitirá a entrada em funcionamento imediato da usina-piloto de produção de óleo diesel feito de mamona.

Instalada em Teresina, no Piauí, a usina será administrada pela Universidade Federal do Piauí. A verba já tinha sido prometida pelo então ministro do Meio Ambiente Sarney Filho, antes de seu afastamento do cargo.



Alberto Silva pede liberação de recursos para viabilizar usina-piloto

Alberto Silva explicou que 1.200 lavradores do Piauí já foram treinados para produzir mamona em um hectare de terra por família. A mamona é plantada junto com feijão, com tecnologia da Embrapa. O feijão servirá para complementar a renda e também para a alimentação dos lavradores, que terão renda superior a R\$ 700 por mês, além de terra e de assistência técnica. Quando a usina entrar em funcionamento, produzirá mil litros de óleo diesel por dia, o cha-

mado biodiesel, combustível que será totalmente comprado pelo metrô do Piauí.

O senador disse que a plantação de mamona destinada ao óleo diesel é a solução para o problema dos sem-terra em todo o país:

— Seria à base de um ou dois hectares por família de lavradores, terra que seria cedida pelos grandes proprietários, que ficariam com uma parte da produção em troca também da assistência técnica e da venda do produto. O próximo governo poderia estabelecer a meta de duplicar a produção brasileira de grãos em oito anos, com base nesse sistema, que é muito mais eficiente do que as desapropriações e assentamentos do Incra.

**do CIDADÃO**  
A Voz do Cidadão é um canal de comunicação gratuito entre você e o Senado Federal

**Participe!**  
**0800 612211**

VOCÊ LIGADO NO SENADO FEDERAL  
www.senado.gov.br - e-mail: cidadao@senado.gov.br

# Rocha cobra instalação da CPI das Pesquisas Eleitorais

Senador apela aos líderes partidários para que indiquem integrantes da comissão e cita exemplo de manipulação que teria ocorrido em Macapá

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) protestou, na sexta-feira, contra o fato de não ter sido instalada, até o momento, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Pesquisas Eleitorais, proposta por ele no ano passado. Segundo Rocha, é sabido que alguns institutos alugam pesquisas para induzir os eleitores; ele apontou nominalmente o Ibope e disse ter documentos e provas capazes de atestar sua denúncia.

Na avaliação do senador, o funcionamento da comissão seria uma medida preventiva, pois poderia evitar ou reduzir o efeito das pesquisas nas eleições. Ele explicou que, apesar de a criação da CPI ter recebido o apoio de 27 senadores, sua instalação não aconteceu porque o PMDB, o PSDB e o PFL não indicaram representantes.

Citando situação específica, Rocha comentou as últimas eleições em Macapá, capital de seu estado, em 2000, que indicam, segundo comentou, um caso de manipulação dos dados das pesquisas eleitorais. Ele contou que o candidato do PTB, João Papaléo, ocupava a liderança



Rocha pede investigação: "Não temos que ter medo dos institutos de pesquisa"

da pesquisa do Ibope publicada pelo jornal *Gazeta Mercantil* às vésperas do pleito, com 29% das intenções de voto. Pela mesma pesquisa, o candidato pelo PSB, João Rodrigues, contava com 28,2%.

A gravidade do ocorrido, atentou Rocha, deve-se ao fato de a afiliada da Rede Globo no estado, TV Amapá, ter divulgado pesquisa do mesmo instituto (Ibope), na mesma data, com dados totalmente diferentes. Na matéria televisiva, Papaléo estava em segundo lugar, distando 17 pontos percentuais do primeiro

colocado, João Rodrigues. Os resultados efetivos, no entanto, informou Rocha, mostraram a vitória de Rodrigues com 36,09% dos votos e Papaléo com 35,74%, portanto com uma diferença de apenas 0,33% entre um e outro.

O senador estranhou que o Ibope receba financiamento do Bank of America, questionando o interesse possível de uma instituição financeira internacional em um contexto político do Brasil. Disse ainda que, geralmente, o Ibope não faz pesquisas nos estados pequenos e que, quando o faz, é na véspera das eleições.

— Estarei aqui para testemunhar as reclamações, que certamente ocorrerão, sobre manipulação de pesquisas depois das eleições deste ano. Nós devemos investigar essas situações e somente uma CPI pode cumprir esse objetivo. Não temos que ter medo dos institutos de pesquisa — reforçou Sebastião Rocha, apelando aos líderes para que façam as indicações dos nomes dos senadores que integrarão a comissão.

## Brasil precisa de reforma política, afirma Nabor Júnior

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) disse, na sexta-feira, que a democracia brasileira exige uma ampla reforma eleitoral, capaz de garantir maior representatividade aos partidos e de assegurar a vontade do eleitor, livre de influências nocivas. Ele se referiu especificamente às influências provocadas por alguns institutos de pesquisa que, observou, divulgam frequentemente resultados errados às vésperas das eleições com o claro propósito de induzir os eleitores.

Segundo o senador, é lamentável que não se obedeça no país o princípio da fidelidade partidária, o que permite que políticos de um partido que apóia determinado candidato anunciem sua preferência por um candidato rival. Considerou também absurda a sistemática troca de partidos que se verifica no atual cenário político brasileiro, lembrando que alguns políti-

cos chegaram a mudar de partido até cinco vezes numa mesma legislatura.

Nabor Júnior disse apoiar a proposta do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) de criação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar os institutos de pesquisa de opinião e a influência que exercem sobre os eleitores. Ele prometeu interferir junto ao líder do seu partido, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), para que sejam indicados logo os integrantes peemedebistas na CPI.

Em aparte a Nabor Júnior, o senador Sebastião Rocha lembrou vários resultados anunciados por pesquisas que foram desmentidos pelos resultados finais de eleições, citando os casos do Amapá, do Rio Grande do Sul, de Goiânia, do Rio de Janeiro e de Niterói.

Também em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) destacou a pro-



Nabor Júnior prega adoção da fidelidade partidária

paganda enganosa como um dos elementos que provocam maiores danos nos resultados eleitorais. Para ele, em alguns casos, como nas eleições municipais do Acre, houve também compra de votos na boca-de-urna, que mudou os resultados das pesquisas. Viana apoiou a ideia de Nabor Júnior de se proibir a divulgação de resultados de pesquisas eleitorais até 15 dias antes do pleito.

Nabor Júnior afirmou não ter ocorrido compra de votos nas últimas eleições do Acre. Segundo ele, o que houve foi a distribuição de um pequeno subsídio (R\$ 5 a R\$ 10) para custear o lanche de fiscais dos partidos, que ficaram o dia inteiro acompanhando o movimento nas zonas eleitorais.

## Luiz Otávio anuncia cabo subaquático no Rio Amazonas

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) anunciou a construção de um cabo subaquático que levará energia da hidrelétrica de Tucuruí aos municípios paraenses que se encontram na margem esquerda do Rio Amazonas. Até hoje, esses municípios são abaste-



Fotos: José Cruz  
Luiz Otávio é contrário à alteração na Bandeira Nacional

cidos com energia obtida por meio de termelétricas que utilizam óleo diesel como combustível.

De acordo com Luiz Otávio, será instalado um cabo de 4,3 quilômetros entre as cidades de Santarém e Monte Alegre. A partir de Monte Alegre, será construída rede de distribuição de 447 quilômetros. A Centrais Elétricas do Pará (Celpa), acrescentou o senador, está negociando com a Eletrobrás financia-

mento para a obra, orçada em R\$ 67 milhões.

— Por se tratar de uma obra inédita e por ser executada na Amazônia, no maior rio do planeta, a notícia já corre o mundo inteiro. Publicações da Europa já falam da alta tecnologia a ser empregada e da segurança em relação ao meio ambiente — relatou Luiz Otávio.

BANDEIRA

O senador manifestou ainda sua posição contrária a projeto de lei, já aprovado pela Câmara, que altera a Bandeira Nacional e troca de lugar a estrela que representa o Pará — atualmente localizada acima da inscrição *Ordem e Progresso*. Ele disse que lutará contra a aprovação da matéria.

### Brasil tem a segunda pior distribuição de renda do mundo, de acordo com a ONU

• Apesar de o Brasil ser classificado como um país de considerável renda per capita, que é de US\$ 7.037, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano 2001 da Organização das Nações Unidas (ONU), o país ocupa o posto de **segunda** pior distribuição de renda do mundo. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseado em dados do último censo, a renda dos **10%** mais ricos da população brasileira é **28** vezes superior à renda dos **40%** mais pobres. Na maior parte dos países essa relação é de **5** a **10** vezes. Enquanto a renda média dos **40%** mais pobres é de **R\$ 125**, valor inferior a um salário mínimo, os **10%** mais ricos recebem **19** salários mínimos, em média.

## Para Mozarildo, má-distribuição da renda é o grande desafio

O modelo de desenvolvimento econômico, que situa as políticas sociais em segundo plano, está esmagando os 54 milhões de pessoas que, segundo o Censo Demográfico de 2000, não têm acesso ao mercado, à saúde, à educação, à moradia e, principalmente, à cidadania. Essa é a opinião do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), que defendeu o combate, em caráter de urgência, à má-distribuição de renda no país.

— Se não encararmos de vez, com disposição e vontade política, o desafio de combater a má-distribuição de renda e acabar com a miséria que nos causa desonra, continuaremos a ser um país de terceira categoria, ao lado de outros que já perderam, há muito tempo, um lugar de projeção no futuro — alertou Mozarildo.

Para o senador, as autoridades encaram o social com descaso e investem mal nessa área, o que retarda o atendimento às populações

excluídas. Segundo ele, tampouco basta colocar 95% das crianças na escola, reduzir a mortalidade infantil, observar o aumento no número de domicílios com bens de consumo duráveis e automóveis, caso não haja mudanças significativas na distribuição de renda.

Mozarildo destacou que o censo revelou também um quadro inquietante no que diz respeito à miséria. O abismo entre pobres e ricos tornou-se mais profundo, frisou, já que os 10% mais pobres só têm direito a 1% da riqueza produzida, situação que é mais grave no Nordeste, onde 73% das pessoas não ganham mais de dois salários mínimos.

— Os dados são trágicos e mostram que, na última década, o país não progrediu quase nada. O problema da brutal concentração da riqueza nas mãos de uma minoria é, sem dúvida, a maior batalha que temos de travar — afirmou.